

O DIREITO DE DESISTÊNCIA DE CARGO PÚBLICO COMO FUNDAMENTO PARA A RECONDUÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

THE RIGHT OF GIVING UP FROM A PUBLIC POSITION AS A BASE FOR PUBLIC SERVANTS' REASSIGNMENT

ALEX CAVALCANTE ALVES

Especialista em Direito Público. Bacharel em Direito e em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Brasília, com aperfeiçoamento em *Management in the Public Sector* pela *École Nationale d'Administration (ENA)*, em Paris, na França, e em *Negotiation and Leadership* pelo *Program on Negotiation at Harvard Law School*, em Cambridge-MA, nos Estados Unidos. É autor de livros jurídicos e Coordenador Nacional do Movimento Gestão Pública Eficiente (MGPE). Superintendente de Recursos Humanos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Professor de Administração Pública do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).
alex.cavalcante@gmail.com

Recebido em: 21.10.2018
Aprovado em: 28.05.2019

ÁREAS DO DIREITO: Administrativo; Constitucional

RESUMO: A recondução, que consiste no retorno do servidor público estável ao cargo anteriormente ocupado, em razão da reintegração do anterior ocupante ou de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo, reveste-se de grande complexidade quando em sua aplicação prática nas repartições públicas. Por sua vez, a recondução de servidor federal em razão da desistência de exercer novo cargo é, entre os temas específicos no âmbito da recondução, um dos que mais controvérsia têm gerado ao longo do tempo, diante de interpretação draconiana do instituto que foi utilizada por diversos anos. O presente artigo pretende tratar tanto da evolução administrativa quanto da jurisprudencial que levaram à construção da interpretação atual sobre a recondução de servidor federal por desistência de exercer o novo cargo público no qual o servidor ingressou.

ABSTRACT: The reassignment, which consists in the return of the stable public servant to the position previously occupied, due to the reintegration of the previous occupant or disqualification probationary in relation to another position, is very complex when in its practical application in the public offices. Furthermore, the reassignment of a federal servant after giving up from a new public position is, among the specific topics in the scope of reassignment, one of the most controversial ones. The present article intends to deal with the administrative evolution and the jurisprudence that led to the construction of the current interpretation on the reassignment of federal servants, when this occurs after a public servant gives up from a new public position.